

CURSO**ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE LEI, LEIS E REGULAMENTOS MUNICIPAIS:
METODOLOGIA E TÉCNICA LEGISLATIVA APLICÁVEL**

Datas: 30 e 31 de março de 2022.

Local: Sala Multiuso I - **AIAMU** (Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre) Rua dos Andradas, 1234 - 8º andar - Centro - Porto Alegre/RS.

Horários: **1º dia:** 8h30 às 12h e das 13h30 às 17h30; **2º dia:** das 08h30 às 12h.

Solicitação: favor encaminhar cópia a quem redige os projetos de leis e os regulamentos municipais.

Objetivos:

- Qualificar os servidores municipais responsáveis pela elaboração de projetos de leis e pela redação de leis, decretos, portarias, ordens de serviço, orientações e instruções normativas, para a correta articulação dos capítulos, artigos, incisos, parágrafos e demais subdivisões possíveis, com redação impessoal, clara, objetiva, concisa e adequada constitucionalmente.
- Qualificar os servidores das Câmaras Municipais de Vereadores e os vereadores quanto à observância das regras de técnica legislativa e dos limites constitucionais ao poder de legislar.
- Apresentar metodologia prática para a definição e elaboração de projetos de lei, leis e regulamentos.

Considerações importantes

A redação de leis e outros atos regulamentares deve contemplar tanto os aspectos legais relacionados à técnica legislativa quanto os imperativos constitucionais e legais de ordem geral. A Lei Complementar nº 95/98 não pode ser ignorada em seu conteúdo. As leis e regulamentares devem traduzir com clareza os objetivos propostos pelo legislador, sob pena de confundir os munícipes e de ter seu conteúdo interpretado de forma indesejada nos tribunais. Assim, impessoalidade, clareza, objetividade, concisão, correção e constitucionalidade das peças legais são essenciais. Da mesma forma, é importante a correta articulação dos capítulos, artigos, incisos, parágrafos e demais subdivisões possíveis, para que resulte em adequado planejamento normativo. A qualificação dos responsáveis pela redação legal e oficial é importante para a qualidade dos atos normativos e regulamentares municipais, sejam eles do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.

A quem o curso é dirigido

Secretários municipais e de governo, agentes administrativos, chefes de gabinete, técnicos e assessores. Vereadores, assessores legislativos, diretores, agentes administrativos e técnicos de Câmaras Municipais de Vereadores.

Prazo de inscrições e informações sobre o curso

As inscrições poderão ser realizadas até o dia **14 de março**, através do site www.iem.inf.br. Vagas limitadas à capacidade da sala. Detalhes sobre o curso podem ser obtidos por telefone **(51) 3778-1188** ou e-mail iem@iem.inf.br. Receberão certificados os participantes que tiverem a frequência de 75%.

No caso de **haver cancelamento do curso presencial**, decorrente de **disposição de autoridade pública**, diretamente ao IEM ou por medida restritiva às atividades em geral, ao inscrito **será assegurada a participação no curso em formato EAD**, por videoconferência, mantendo palestrante e carga-horária, sem prejuízo aos participantes. Ocorrendo a reprogramação de data ou cancelamento de curso pelos motivos dispostos na cláusula anterior, **o IEM não se responsabiliza pelo ressarcimento de qualquer valor aplicado na aquisição de passagem aérea ou terrestre, reserva de hotel ou outras aplicadas pelo inscrito.**

Demais informações e condições no termo de aceite, vinculado à inscrição no site do IEM.

Investimento

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR ÓRGÃO/EMPRESA	PAGAMENTO ATÉ 04/03/2022	PAGAMENTO APÓS 04/03/2022	Valor correspondente ao curso. NÃO estão incluídas parcelas de alimentação, hospedagem, traslados e outras que se façam necessárias a participação no evento.
1 participante	R\$ 690,00 por pessoa	R\$ 750,00 por pessoa	
2 participantes	R\$ 670,00 por pessoa	R\$ 730,00 por pessoa	
3 participantes	R\$ 650,00 por pessoa	R\$ 710,00 por pessoa	
4 participantes ou mais	R\$ 620,00 por pessoa	R\$ 690,00 por pessoa	

* Sua inscrição só será confirmada mediante pagamento ou envio antecipado do empenho.

Inscreva-se em: www.iem.inf.br, VAGAS LIMITADAS!

PAUTA DO CURSO

ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE LEI, LEIS E REGULAMENTOS MUNICIPAIS: METODOLOGIA E TÉCNICA LEGISLATIVA APLICÁVEL

1. Fundamentos constitucionais e normativos aplicáveis à redação de leis e regulamentos

- 1.1. Funções das normas jurídicas e a subsidiariedade da atividade legislativa
- 1.2. O controle de constitucionalidade e a iniciativa política
- 1.3. Constitucionalidade formal e material: fundamentos e exemplos de inconstitucionalidades
- 1.4. Princípios constitucionais a serem observados
- 1.5. A nova lei e o respeito ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada
- 1.6. A Lei Complementar 95/98 e as imposições aos entes federados
- 1.7. Os Decretos n.º 9.191/17 e n.º 10.139/19 e outras fontes por analogia

2. Metodologia aplicável à elaboração de projetos de lei, leis e regulamentos

- 2.1. Objeto a ser contemplado: elementos informativos
- 2.2. Definição da espécie normativa: critérios a considerar
- 2.3. Conteúdo a ser contemplado: relação exaustiva
- 2.4. Conteúdo a ser contemplado: seleção pela essencialidade e constitucionalidade
- 2.5. Definição da ordem de distribuição do conteúdo
- 2.6. Plano redacional e definição da estrutura normativa necessária
- 2.7. Redação preliminar: ordem lógica e razoabilidade
- 2.8. Ajustes e redação final
- 2.9. Sistematização do conteúdo a ser contemplado por atos regulamentares inferiores
- 2.10. Análise crítica dos resultados: sustentação jurídica, reflexos sociais e econômicos e adequação ao objetivo proposto

3. A Lei Complementar nº 95 e a sistemática interna das leis e dos regulamentos

- 3.2. A redação dos atos: clareza, concisão, impessoalidade, objetividade, precisão e ordem lógica das normas
- 3.3. Sistemática interna das leis e análise das contradições

4. A Lei Complementar nº 95 e a sistemática externa das leis e dos regulamentos

- 4.1. Lei Ordinária: definição e objeto
 - 4.1.1. Sistemática externa das leis e regulamentos: articulação das leis
 - 4.1.1.1. Sistemática externa – forma e estrutura das partes do ato normativo:
 - Epígrafe, ementa ou rubrica da lei, preâmbulo e âmbito de aplicação
 - Fecho da lei, cláusula de revogação, cláusula de vigência, autoridade, assinatura
 - 4.1.1.2. Sistemática externa – articulação das leis e regulamentos
 - Artigos, parágrafos, incisos e alíneas; agrupamentos de artigos
 - Subseções, seções, capítulos, títulos, livros e partes
 - Disposições preliminares, gerais, finais e transitórias
 - Critérios de sistematização
 - 4.2. Decreto, portaria, ordem de serviço, orientação normativa e outros regulamentos
 - 4.2.1. Definição, âmbito de aplicação e limites
 - 4.2.2. Forma e estrutura

5. A Lei Complementar nº 95 e a consolidação das leis e dos regulamentos

- 5.1. Nas esferas estadual e nacional
- 5.2. Na esfera municipal: riscos e inconveniências

Ministrante:

Darcí Reali, Advogado, mestre em Direito, Diretor do IEM. Docente da Universidade de Caxias do Sul, no Curso de Direito, Curso Superior de Gestão Pública e na Pós-Graduação em Direito de Estado e Direito Ambiental (2005-2015). Secretário Municipal de Administração (1993-1997) e assessor jurídico municipal (1997-2001). Atua há 24 anos em assessorias e consultorias jurídica e administrativa de Municípios. Ministra cursos e treinamentos (em diversos Estados do Brasil) relacionados aos aspectos legais, administrativos e gerenciais dos municípios, nas áreas de direito constitucional, administrativo, tributário, ambiental, urbanístico, legislativo e previdenciário. Autor e coautor de diversos livros e dezenas de apostilas direcionadas à Administração Municipal. Ampla experiência sobre sindicância e PAD, tendo ministrado dezenas de cursos sobre o tema, em vários Estados do Brasil.